



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira ICM

19ª Reunião do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe
Curitiba, Brasil, 5-6 de agosto de 2024

*Os sindicatos da construção e da madeira como motores da integração política,
econômica e social latino-americana e caribenha*

As organizações sindicais da Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) na América Latina e Caribe, reunidas em Curitiba, Brasil, de 5 a 6 de agosto de 2024, relembram as dimensões política, econômica, social e ambiental presentes na Plataforma de Desenvolvimento das Américas (PLADA Construção e Madeira 2020), após analisarem o **Plano Estratégico Global da ICM 2022 - 2026, Madri (ESP) 2022; o Programa de Ação Regional 2023-2028, Bogotá (COL) 2023.**

As dimensões social, política e econômica são extraídas da Resolução nº 8 do Congresso Mundial da ICM, Madri (ESP) 2022, **Em Defesa da Democracia na América Latina e no Caribe;** bem como da resolução **Integração Regional e Unidade Sindical Latino-Americana** da 5ª Conferência Regional da ICM em Bogotá (COL) 2023, que pede aos afiliados que fortaleçam a dimensão social da integração econômica e, para isso, se comprometam a promover a colaboração e um verdadeiro diálogo social com a sociedade e os governos para que os aspectos sociais exigidos por estes processos de integração não sejam negligenciados. Com tais elementos, propomos a adoção desta resolução política, intitulada: **Os sindicatos da construção e da madeira como motores da integração política, econômica e social latino-americana e caribenha**, como guia e ferramenta de trabalho para a organização e ação sindical nos próximos anos.

Desde o **5º Congresso Mundial da ICM (Madri 2022)**, os sindicatos afiliados à ICM na América Latina e o Caribe vêm expressando uma preocupação permanente com a democracia, não apenas para defendê-la frente aos ataques da extrema direita e das elites econômicas de nossos países, mas movidos por uma preocupação ativa com a construção e o desenvolvimento de uma democracia real em que as dimensões econômicas, políticas, sociais e ambientais sejam levadas



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

em consideração pelo diálogo e compromisso com a solução das necessidades de nossos povos, historicamente excluídos dos benefícios do desenvolvimento e crescimento econômico.

1. Processos eleitorais recentes

Uma análise da região mostra um comportamento e resultados eleitorais atípicos. Em alguns países, a erosão e a negligência dos aspectos de interesse social, voltam o eleitorado para as opções da extrema direita com programas de governo baseadas na lógica do mercado, na exploração, na privatização do patrimônio nacional, na desregulamentação e no dismantelamento dos estados de bem-estar social e sua, conseqüente, contribuição para o desenvolvimento e o crescimento com inclusão e interesse social. **Os sindicatos são espaços estratégicos para combater estes cenários. Devem promover o diálogo social, a conscientização e a organização da classe trabalhadora e da sociedade diante desse desmonte e ataques aos direitos trabalhistas e sociais.**

Por outro lado, também se verifica a adesão eleitoral, em outros países, a governos progressistas. Os processos eleitorais e seus resultados fortaleceram as propostas de governos inclusivos assim como a atenção frente aos anseios dos cidadãos e à dívida social histórica. Nestes processos, o sindicalismo desempenhou um papel de liderança em sua defesa e promoção. Conseqüentemente, constitui uma de suas frentes de defesa e contenção diante dos ataques, da obstrução e da desqualificação da direita. Todavia, mesmo nestes países, com tais governos progressistas, **é fundamental os sindicatos atuarem pela defesa e o fortalecimento da democracia frente à atuação política e ameaças da extrema-direita.**

Coincidimos com os esforços que fortalecem a democracia na Venezuela, por meio da publicação das atas eleitorais, as quais, refletem a genuína vontade dos eleitores e contribuem para afastar especulações e julgamentos precipitados e sem respaldo comprobatório.

Em conclusão, exercendo a liberdade e autonomia sindical, os sindicatos devem seguir atuando (inclusive nos países com governos progressistas) para fortalecer a democracia, defender os direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras, promover a igualdade e a Justiça Social.



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

2. O avanço da direita

O método e a forma podem ter mudado, mas a substância é a mesma. As expressões deslocadas da extrema direita na região copiam o pior dos métodos desses setores políticos na Europa e nos Estados Unidos. Buscam dismantlar os direitos sociais e trabalhistas e o patrimônio nacional e fazem todo o possível para impedir o progresso de governos progressistas com um claro interesse em atender às necessidades reais dos povos latino-americanos e caribenhos. Já não é estranho que, por meio da violência e do confronto direto, os grupos extremistas ataquem a institucionalidade do Estado; ou que tentem anular a participação das maiorias no funcionamento do governo e nas grandes decisões, com o protagonismo legítimo que lhes corresponde.

O poder econômico e a direita, como sua opção política, em seu desejo de alcançar o poder, não hesita em usar a violência direta como recurso e a violência indireta como método. Um novo fenômeno fascista tenta avançar em nossa região, despertando paixões e instintos que defendem a resolução de diferenças por meio da eliminação de oponentes e da aplicação da força do autoritarismo, com o medo e o terror. As iniciativas levadas à diante pelos governos com o fim de criminalizar o exercício do direito de expressão, protesto e liberdade sindical, o que inclui o direito à greve, assim como a fragilização do diálogo social tripartite institucionalizado.

Os sindicatos devem atuar como frentes de resistência democrática e disputa da consciência da classe trabalhadora em cada setor que atuamos e no diálogo com o conjunto da sociedade. Para tanto, devemos fortalecer o trabalho na base, a formação e os instrumentos de participação política nos sindicatos e na sociedade; buscar desenvolver e ampliar o alcance dos instrumentos de comunicação sindical, principalmente num momento histórico em que as redes sociais cumprem um papel estratégico na luta pelos direitos trabalhistas e sociais.

3. Violência nas obras

O movimento sindical no setor de construção, em toda a sua cadeia de valor, é confrontado com um tipo de violência que encontra terreno nos locais de trabalho. Os projetos de construção de infraestrutura são abordados por grupos que confrontam e disputam a negociação coletiva, existente ou a ser negociada, como oponentes dos sindicatos já estabelecidos no canteiro de obras ou com uma tradição de negociação com empregadores e empresas, sob o pretexto de serem sindicalizados em diferentes organizações e sindicatos.



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

Na prática, isso significa gerar um tipo de violência em que os empregadores, aparentemente, acreditam se beneficiar. O confronto em si, anula a possibilidade de melhorar as condições de trabalho, pois cria uma concorrência entre a própria classe trabalhadora e fragiliza o processo de negociação e luta por direitos. Entretanto, o aspecto mais prejudicial é o seu impacto na consciência de classe, quando a representação sindical perde de vista o fato de que tal confronto entre a classe trabalhadora reforça os interesses do capital em seu desejo de explorar e lucrar com a força de trabalho.

Quanto mais fragmentada a classe trabalhadora, mais força terá o capital seja para inviabilizar conquistas da luta sindical nos locais de trabalho, seja para pressionar o poder político para flexibilizar e retirar direitos trabalhistas. Afinal, tendem a enfraquecer o exercício da justiça que traz consigo um genuíno sindicalismo de classe e a unidade de classe, ou seja, exercerá um impacto negativo na organização sindical na relação capital-trabalho.

Portanto, devemos buscar linhas de ação nos locais de trabalho que denunciem estas práticas divisionistas e alertem sobre os impactos da fragmentação na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

4. Crise dos sistemas de saúde e de seguridade e proteção social

Com o avanço da direita e seu retorno ao poder político, o desmantelamento do sistema de proteção social e assistência à classe trabalhadora está sendo retomado. É uma prática generalizada de governos liberais e de livre mercado atacarem os sistemas de seguridade social, os fundos de pensão tripartites, os sistemas de serviços públicos universais, como os sistemas e serviços de saúde pública, áreas de grande interesse social para a classe trabalhadora e toda a população.

Portanto, os trabalhadores e as trabalhadoras e seus sindicatos devem estar alertas e atentos às iniciativas desta natureza, para qualquer proposta de adaptação dos sistemas existentes. Muitas vezes, os sindicatos e a sociedade não se dão conta de que as políticas gerenciais equivocadas que prejudicam e deterioram a boa gestão dos sistemas de seguridade solidária servem para enfraquecê-los e depois justificar sua privatização, com a alegação de que afetam as contas públicas, não funcionam ou já não operam com a mesma qualidade.

A experiência recente há demonstrado que a administração privada dos sistemas de saúde, segurança e proteção social se estrutura e responde aos interesses das grandes corporações financeiras, comerciantes de saúde e transacionais que vendem uma falsa



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

esperança de uma aposentadoria digna e de qualidade. Diferentemente dos sistemas e serviços públicos, não tem como prioridade proporcionar um atendimento digno à toda população, a partir de uma perspectiva social, inclusiva e integral. Atua em seu sentido contrário, restringe o acesso àqueles que podem pagar pelo serviço ou estimulam o endividamento das famílias da classe trabalhadora, ou seja, promovem o acesso a um pequeno estrato social, em detrimento das grandes maiorias de nossos povos.

5. Interesse financeiro versus investimento produtivo que gera emprego e desenvolvimento social

Os sistemas financeiros de nossos países, controlados por poderosas corporações multinacionais, vêm intervindo nas decisões de investimento e na gestão de capital há muito tempo. Este capital, não nacional, mas transnacional, tem um impacto negativo na vida cotidiana das pequenas e médias empresas. A imposição de taxas de juros excessivas na busca de uma alta rentabilidade impossibilita investimentos saudáveis e condições para a criação de empregos decentes.

As altas taxas de juros recaem com mais força e conspiram contra a possibilidade de melhorar a vida de nossos povos e da classe trabalhadora. Mesmo no caso dos governos progressistas, os sistemas financeiros buscam impor uma lógica neoliberal, os quais, numa tentativa mediadora, buscam combinar o investimento necessário para o desenvolvimento com o controle inflacionário que atinge o orçamento das famílias.

As políticas de austeridade e ajuste fiscal que afetam o investimento público em infraestrutura, educação, saúde, ciência e tecnologia são preocupantes, pois afetam as possibilidades de desenvolvimento produtivo dos países e as oportunidades de desenvolvimento humano integral das pessoas. **É necessário promover políticas ativas de educação e trabalho para gerar maiores oportunidades de desenvolvimento para as juventudes de nossa região, impactadas pelas condições estruturais excludentes.**

6. Integração regional: integrando os povos da América Latina e do Caribe

O fortalecimento dos processos de integração regional é condição necessária para a dignidade de nossos povos. Temos insistido no investimento público em obras e projetos com trabalho decente que permitam e contribuam para o bem-estar social, além da realização de obras e megaprojetos de interesse público. O megaprojeto das rotas de integração regional



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

propõe integrar nossos povos por meio da construção de 5 rotas que beneficiarão a Guiana, a Guiana Francesa, o Suriname, a Venezuela, a Colômbia, o Peru, o Equador, a Bolívia, o Paraguai, a Argentina, o Chile, o Uruguai e o Brasil. Nunca houve uma oportunidade de trabalhar como sindicato em toda a cadeia de valor do setor de construção na América do Sul como agora.

A integração física, ou seja, a interconexão de infraestruturas econômicas, incluindo transporte, energia, telecomunicações, água e saneamento, permite a integração regional geográfica, econômica e cultural e o surgimento de cadeias de valor regionais. Por esse motivo, a ICM destaca a necessidade de alinhar concepção, projeto, execução e monitoramento, controle e avaliação das políticas de infraestrutura e serviços relacionados com a maximização de seus efeitos em relação ao desenvolvimento, por meio de uma política de logística e mobilidade integrada e sustentável. Este processo deve carregar uma visão regional e preocupada com o avanço da agenda do trabalho decente. Resolver os problemas de infraestrutura e prestação de serviços não deve ser os únicos motivadores de tais empreendimentos, mas principalmente superar as falhas ou obstáculos institucionais e regulatórios na condução de tais políticas. **A integração regional da infraestrutura econômica permitiria obter melhorias no fornecimento e na qualidade da infraestrutura disponível, com menos investimentos e a um custo operacional mais baixo, como resultado das economias de rede, possibilitando assim a liberação de recursos públicos para investimentos sociais que reduzam as desigualdades na região.** Com isto, teremos melhores possibilidade para fornecer e garantir um abastecimento contínuo e seguro entre as nações participantes, além de proporcionar um suporte de rede necessário em caso de eventos naturais extremos ou perda de conectividade.

Defendemos que a integração entre nossos países pode ser uma via de estruturar e fortalecer as cadeias produtivas regionais e as empresas Multilaterais. O comércio regional e local deve ser fortalecido, já que atualmente menos de 20% do total do comércio internacional se realiza entre países os países da América do Sul, enquanto na América do Norte, composto por apenas três países, esse percentual chega a quase 70%. **É necessário incentivar que a cadeia produtiva dos diferentes setores produtivos se realize crescente e majoritariamente nos países da região, de modo a avançar em direção a uma integração produtiva regional de maior amplitude e densidade. Deve-se dar prioridade ao desenvolvimento e ao estabelecimento dos elos da cadeia produtiva mais intensivos em agregar conhecimento à produção e que permitam uma maior apropriação do valor gerado.** A integração regional, portanto, surge como uma possibilidade de superar a dependência econômica, por meio do fortalecimento e da diversificação da indústria, em um cenário de mercados compartilhados e de geração de valor por meio da incorporação de tecnologia nas exportações.



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

A integração regional pela qual estamos lutando é uma **integração política, econômica e cultural do povo e para o povo, a fim de combater todas as formas de pobreza e desigualdade deixadas pelo passado colonial e pelo capitalismo dependente**. Isso implica o bem-estar social, o reconhecimento da diversidade cultural, o respeito à soberania e o direito ao desenvolvimento. A grandeza da cultura latino-americana e caribenha, sua memória coletiva, sua história de lutas e resistência, sua produção artística e de conhecimento, sua riqueza festiva e gastronômica, a multiplicidade de idiomas são parte fundamental de uma integração que valoriza a diversidade na unidade contra o projeto monolítico da indústria cultural. Portanto, ela deve promover a justiça social, os direitos coletivos e a autodeterminação para garantir uma região política e economicamente estável.

7. O desafio da mudança climática: transição justa e empregos verdes

A mudança climática tem demonstrado seu potencial e crescente impacto na atividade econômica e, acima de tudo, na vida das pessoas. Os efeitos das mudanças climáticas afetam mais as regiões com menos emissões, portanto, os países desenvolvidos devem ser responsáveis por ajudar as economias emergentes a lidarem com os desastres naturais, adaptar-se à transição verde e transferir tecnologia verde.

A América Latina e o Caribe estão na linha de frente da crise climática, sofrendo com chuvas intensas, secas prolongadas, desertificação e outros eventos extremos. O princípio da justiça ambiental afirma que nenhum grupo deve arcar com uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas do atual modelo de desenvolvimento. A América Central e do Sul são altamente vulneráveis e fortemente impactadas pelas mudanças climáticas, exacerbadas pela desigualdade, pobreza e dependência de recursos naturais. As mulheres, especialmente as mais pobres, são mais vulneráveis e têm menos capacidade de adaptação, devido a desigualdades estruturais históricas e a falta de políticas públicas, ampliando as lacunas de gênero.

Defendemos emprego e proteção social para os trabalhadores e as trabalhadoras de setores intensivos em carbono, promovendo um planejamento inclusivo e transparente com a participação ativa dos classe trabalhadora e sindicatos. É necessário um contrato socioecológico ou um **"pacto de transição justa"** para garantir a proteção da classe trabalhadora e das comunidades afetadas pela reestruturação industrial verde. A transição justa está interligada ao diálogo social como a forma preferida para mitigar o impacto sobre os trabalhadores e trabalhadoras economicamente desfavorecidos ou deslocados. **As transições só serão justas se garantirem o treinamento, a requalificação, a proteção social nos processos de**



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

mudança e o desenvolvimento de alternativas que incluam a classe trabalhadora, assim como as comunidades afetadas.

A transição justa deve garantir trabalho decente, proteção social, igualdade de gênero e justiça social. Devemos aproveitar a COP30 em 2025 para apresentar um plano estruturado que gere empregos decentes e direitos trabalhistas de acordo com a OIT. A questão do calor extremo e do estresse térmico resultante, como as outras questões mencionadas aqui, devem fazer parte da negociação coletiva de trabalho existente nas regulamentações trabalhistas nacionais e internacionais. As tragédias causadas pelas mudanças climáticas trazem desolação, miséria, morte e pobreza e, com elas, a possibilidade de remediação. Qualquer reconstrução pós-tragédia, como a do Rio Grande do Sul no Brasil e outras em vários países da região, devem ser uma prioridade para o Estado e seu desenvolvimento urgente e necessário precisam ser com trabalho decente.

8. A Amazônia: Impulsionando a Rede Sindical Amazônica e promovendo a Dimensão do Trabalho Decente

A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, cobrindo aproximadamente 7,4 milhões de km² em nove países; com quase 5.000 espécies de animais catalogadas, 2.500 espécies de árvores (um terço da madeira tropical do mundo) e 30.000 espécies de plantas. A região abriga cerca de 30 milhões de pessoas, com mais de 470 povos indígenas e comunidades tradicionais. Atualmente, enfrenta um cenário que abriga problemas de extrativismo predatório (vegetal e mineral), altos índices de regimes de trabalho informal e precário, fraudes de certificação florestal, redes de crime e violência e um baixo padrão de vida para sua população. A baixa presença e o baixo investimento do Estado na região, conseqüentemente, contribuem exponencialmente para o agravamento destes problemas. Esta é a realidade enfrentada pelos sindicatos amazônicos.

A escala de destruição tem um impacto direto não apenas na região amazônica, mas em toda a América Latina e no Caribe, ao afetar os ciclos de chuva e, com isso, a agricultura, que ocupa uma posição econômica importante na grande maioria dos países da região, bem como o abastecimento de água em seus centros urbanos. Em outras palavras, **devemos tratar o problema como uma emergência para toda a classe trabalhadora da América Latina e do Caribe.**

Temos avançado com a construção da Rede Sindical Amazônica (RSA), pois compreendemos que a ação política dos sindicatos é fundamental para as alcançar as



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

mudanças necessárias. A RSA está presente hoje no Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Suriname e Venezuela. Temos o contínuo desafio de ampliar o seu alcance na região, abrangendo qualitativamente e quantitativamente todos os países, buscando os diversos sindicatos que atuam na cadeia de valor da madeira e, quando não existirem, contribuir com a organização dos trabalhadores e trabalhadoras para a criação de novos sindicatos. Como linhas de ação, orientamos a ampliação e fortalecimento da ação sindical nos mecanismos internacionais de certificação florestal, buscando aumentar a presença política diante da exploração do trabalho e avançar nos índices de formalização da mão de obra e no cumprimento das leis trabalhistas e dos acordos coletivos de trabalho. Devemos trabalhar para fortalecer o diálogo com o poder público e os Ministérios do Trabalho de cada país amazônico, tendo em perspectiva a agenda de transição justa com trabalho decente e maiores investimento para um desenvolvimento sustentável. Em outros termos, colocar em curso soluções que priorizem a atividade econômica na região, através de uma política econômica favorável ao avanço da cadeia de manejo florestal, bem como a recuperação ecológica de áreas degradadas.

Todo este processo não pode ser feito sem a participação dos povos amazônicos, com suas organizações e toda a sua diversidade cultural que caracteriza a Bacia Amazônica há milênios. Esta é a oportunidade, não só de abordar, a partir da perspectiva dos trabalhadores e das trabalhadoras, uma questão fundamental da nossa política sindical para o setor florestal e madeireiro, mas também para que o nosso vasto território verde deixe de ser o quintal dos nossos países e comece a ser a frente estratégica para o desenvolvimento sustentável e duradouro, com respeito e valorização da importância da Floresta Amazônica para toda a América Latina e o Caribe. **Queremos a floresta amazônica em pé, com trabalho decente e vida digna para os povos amazônicos.**

9. A hora de agir é agora!

Em consonância com toda a problemática apresentada, convidamos as organizações afiliadas à ***Internacional dos Trabalhadores da Construção e da Madeira, ICM*** na América Latina e no Caribe a refletirem sobre todos estes aspectos da realidade regional apresentados, a relação concreta com o cotidiano do trabalho em cada sindicato e a ação sindical necessária, tal como a sua incorporação nas agendas prioritárias e análises locais, nacionais e internacionais.

Somos chamados a continuar como a vanguarda das transformações necessárias para tornar nossas sociedades mais justas, inclusivas e equitativas. E, para isso, não podemos nos permitir ser negligentes. **É necessário estar na frente política,** porque são nestes espaços que as decisões são tomadas; **na frente econômica,** porque é inerente ao nosso papel na



BWI • BHI • BTI • IBB • ICM
www.bwint.org

relação capital-trabalho; **na frente social**, porque, como classe trabalhadora, também somos atores sociais com aspirações e anseios e protagonistas do trabalho de nossos povos no futuro imediato. **Sem esquecer o aspecto ambiental**, pois sabemos que são os trabalhadores e trabalhadoras que já são e serão ainda mais afetados pelas mudanças climáticas. Devemos construir uma nova forma de produzir a vida, procurando soluções justas, democráticas, criativas e socialmente sustentáveis.

Vamos!

Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira
19° Reunião do Comitê Regional para a América Latina e o Caribe
Curitiba, Brasil, 5 e 6 de agosto de 2024.